

## O EFEITO DE SENTIDO INCOMUM DO ENUNCIADO-FÓRMULA NA CHARGE

Maria Cristina de Moraes TAFFARELLO<sup>111</sup>

**Resumo:** Dentro da visão da Análise do Discurso francesa, a pesquisa se verifica em textos chárgicos em que ocorre a retomada (ou “percurso”) de enunciados-fórmula não parodiados na sua forma, mas sempre reatualizados em seu efeito de sentido, já que apelam para uma memória que ultrapassa o discursivo para se realizar nos leitores, constituindo-se uma questão no domínio da cognição e/ou da pragmática (POSSENTI). Busca-se demonstrar como, por trás da aparente esterilidade de tais fórmulas, revelam-se surpreendentes efeitos de sentido. Por se tratar de texto humorístico, tem-se como meta também estudar a relevância da ligação entre estereótipos e humor.

**Palavras-chave:** Discurso. Fórmula. Estereótipo. Posicionamento.

**Abstract:** *Based on the French Discourse Analysis, the research has been examined in political cartoons in which the resumption (or "course") of formula-enunciations occurs, not parodied in its form, but always (re)up-dated in its effect of sense, since they invoke to a memory that goes beyond the discourse to accomplish in the readers, becoming an issue in the domain of cognition and / or pragmatic (POSSENTI). We also intend to demonstrate how, beyond the apparent sterility of such formulas, amazing effects of sense are disclosed. Since it is a humorous text, we also have as a goal the study of the relevance of the link between stereotypes and humor.*

**Keywords:** *Discourse. Formula. Stereotype. Positioning.*

### Introdução

A polifonia marcadamente sócio-histórico da mídia propicia ao seu enunciador possibilidade de convergência e/ou divergência com um dado dominante do senso comum, materializado em enunciados nos diferentes gêneros argumentativos, particularmente nas charges. Se esses enunciados são testemunhos das relações dialógicas de tais gêneros, o mundo é a autoridade do senso comum. Segundo Geertz

(2006), o saber do senso comum é construído historicamente e, portanto, diz respeito à vida, ao empírico. "O bom senso não é aquilo que uma mente livre de artificialismos aprende espontaneamente; é aquilo que uma mente repleta de pressuposições conclui." (GEERTZ, 2006, p.127).

A ampla repercussão midiática de hoje favorece a divulgação de certos enunciados, reveladores do saber do senso comum. É comum vermos charges que usam lugares comuns, frases-feitas ou provérbios, parodiados ou não, como recurso de humor. Nossa análise se verifica em textos chárgicos em que ocorre a retomada (ou “percurso”) de enunciados-fórmula não parodiados em sua forma, mas sempre reatualizados em seu efeito de sentido, já que apelam para uma memória que ultrapassa o discursivo (POSSENTI, 2009) para se realizar nos leitores (da *Folha de S. Paulo*, no caso), constituindo-se uma questão no domínio da cognição e/ou da pragmática. É isso que se busca demonstrar - como, por trás da aparente esterilidade de tais fórmulas, borbulham surpreendentes efeitos de sentido. No caso particular, por se constituir de texto humorístico, tem-se como meta também estudar a relevância da ligação entre estereótipos e humor. Em outras palavras, pesquisar as condições de funcionamento desses textos-fórmula em charges, em particular sua ligação com as "verdades" correntes, de um lado, e com as "pretensas formulações de verdades", de outro.

### **Fundamentação teórica**

Em uma obra dedicada a esclarecer a noção de *fórmula* em *Análise do Discurso*, Krieg-Planque (2010, p.9) a conceitua como “[...] um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir.” Inclui, nos estudos, o fenômeno discursivo de retomada e circulação de “pequenas frases”, o que vai ao encontro de nossa pesquisa. A noção de fórmula, segundo a autora, revela como vários “[...] atores sociais (homens e mulheres políticos, militantes de associações, representantes sindicais, comunicadores, jornalistas profissionais, intelectuais...) organizam, por meio dos discursos, as relações de poder e de opinião”. Entre as propriedades que a caracterizam, destacam-se: “[...] seu caráter

---

<sup>111</sup> Docente do curso de Graduação e de Pós-graduação do Centro Universitário Padre Anchieta – UNIANCHIETA – Jundiaí, São Paulo. Doutora em Linguística pela UNICAMP. E-mail:

crystalizado, sua inscrição discursiva, seu funcionamento como referente social, sua dimensão polêmica.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.15-16). Veremos a importância dessa noção para nossa análise.

Maingueneau (2008), ao alertar também sobre a necessidade de definição dos conceitos e procedimentos com os quais a Análise do Discurso trabalha, distinguiu as chamadas unidades não tópicas, isto é, “[...] constituídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas [...] agrupam enunciados profundamente inscritos na história.” (p.18). Dentro desse tipo de unidade, o autor vê a conveniência de redefinir a noção de "formação discursiva" (FD)<sup>112</sup>, seja ela unifocal (o "discurso racista", por exemplo) ou plurifocal (heterogeneidade de pontos de vista).

Na verdade, postula que tal noção, por ser estabelecida pelo pesquisador, se rende à noção de *posicionamento*, compreendida como uma identidade enunciativa forte no interior de um campo (o discurso do partido comunista em uma determinada época), mas não se restringe a espaços pré-delineados nem pelas práticas históricas (o campo religioso, político, por exemplo), nem pelas verbais (um determinado gênero, por exemplo). Embora nosso *corpus* se limite a um gênero (duas charges), este envolve mais de uma semiose (icônica e verbal).

Maingueneau (2008, p.23) propõe também a noção de percurso como outra unidade não tópica, esclarecendo que:

Praticamos também em análise do discurso o estabelecimento em rede de unidades de diversas ordens (lexicais, proposicionais, fragmentos de textos) extraídas do interdiscurso, sem procurar construir espaços de coerências, constituir totalidades. O pesquisador pretende, ao contrário, desestruturar as unidades instituídas, definindo percursos não esperados: a interpretação apoia-se, assim, sob a atualização de relações insuspeitas no interior do interdiscurso.

E ainda acrescenta que tais *percursos*, conduzindo-nos a circular, sem barreiras, pelas fronteiras do interdiscurso, podem suscitar “[...] relações invisíveis, particularmente propícias às interpretações fortes.”, até mesmo com o risco de cair num “delírio interpretativo” (MAINGUENEAU, 2008, p.23).

---

cristinataffarello@hotmail.com.

<sup>112</sup> A noção de formação discursiva aqui adotada se distingue de sua noção original, na verdade sua "irmã", mas com "dupla paternidade", ou seja, de Foucault e de Pêcheux. A esse respeito, ver Maingueneau (2008, p. 12).

Adotando-se tanto a redefinição dessa concepção de FD quanto a definição da noção de percurso, busca-se demonstrar que a instância midiática, particularmente a jornalística, ao assumir um papel de divulgadora imediata e rápida de textos-fórmula, vira um ótimo laboratório de análise a analistas do discurso interessados, como nós, em sustentar a existência e as restrições de formações discursivas plurifocais e ambivalentes em textos fluidos e divertidos como as charges.

Com base também nas teorias da análise do discurso e da sociologia da linguagem, concorda-se com a concepção de memória, porém não estritamente ligada ao social e/ou histórico ou ao "mental". É relevante perscrutar-lhe o modo de constituição para além do que Foucault, em *A arqueologia do saber* (1969 / 2004), chama de memória, ou seja, uma espécie de arquivo morto, o "saber" de uma formação discursiva, na sua concepção inicial, e verificar a caracterização da memória em relação a acontecimentos ou eventos divulgados diariamente pela mídia. Possenti (2009, p. 34), ao abordar textos que retomam slogans, conclui, a respeito das noções de memória e de acontecimento histórico não linear, mas plural:

Em resumo, ganharíamos em clareza se o ponto de partida para distinguir saber e memória fosse algo como: *um saber* se caracterizaria por um conjunto de restrições semânticas (como proposto por Maingueneau 1984, por exemplo); já a *memória* se caracteriza por um conjunto de representações de acontecimentos (eventos, principalmente, mas também enunciados, em sua materialidade mesma, ou seja, de enunciados enquanto eventos). [...] Em outras palavras: o fato de que um acontecimento é analisado ou aprendido a partir de uma FD não o iguala aos enunciados que caracterizam uma FD. As pessoas podem se perguntar "o que foi mesmo que aconteceu"? ou "o que ele disse"?, mas não "o que é que eu acho de negros/mulheres/petistas/peemedebistas"? Um dos efeitos de igualar memória e saber é despossuir ainda mais radicalmente o sujeito enunciativo de qualquer atividade discursiva.

É nessa perspectiva teórica que buscamos empreender nossa análise.

Conforme já se haviam posicionado Pêcheux e Fuchs (1975, p.178), "[...] os processos discursivos [...] não poderiam ter sua origem no sujeito. Contudo, eles se realizam necessariamente nesse mesmo sujeito."

Em relação à produção de efeito de verdade, Barthes a associa à de estereótipo:

O estereótipo é a palavra repetida, fora de toda magia, de todo entusiasmo como se fosse natural, como se por milagre essa palavra que retorna fosse cada vez a mais adequada por razões diferentes, como se imitar pudesse deixar de ser sentido como uma imitação:

palavra sem cerimônia, que pretende a consistência e ignora sua própria insistência. Nietzsche fez o reparo de que a "verdade" não era outra coisa senão a solidificação de antigas metáforas. Pois bem, de acordo com isso, o estereótipo é a via atual da "verdade", o traço palpável que faz transitar o ornamento inventado para a forma canonical, coercitiva, do significado. (BARTHES, 2004, p.52)

Também nos valem de Charaudeau (2006), que, por sua vez, define a noção de estereótipo como "Formas fragmentadas e, ao mesmo tempo, solidificadas de imaginários sociais" (p.117). Liga tal noção à de "*ethos* coletivo": os grupos se julgam reciprocamente com base em um traço de sua identidade; dessa forma é como se cada grupo representasse, na verdade, uma entidade homogênea (os alemães são rigorosos, por exemplo).

Pierrot e Amossy (2001) já haviam denominado essas imagens coletivas, cristalizadas e rígidas, de estereótipos, esquemas culturais preexistentes, em que um traço peculiar de um tipo conhecido é eleito e o restante é completado por meio de representações que expressam o imaginário social. "En la habla común, un 'estereotipo' es una idea convencional (frecuentemente peyorativa, y de una inexactitud a veces extravagante) sobre la apariencia, las acciones, o la naturaleza de un X". Em consequência, segundo Possenti (1998, p.26), as piadas fazem uso de estereótipos: as piadas funcionam em grande parte na base de estereótipos, seja porque veiculam mesmo uma visão simplificada dos problemas, seja porque assim elas se tornam mais facilmente compreensíveis para interlocutores não especializados. Apenas para exemplificar: nas piadas, judeu só pensa em dinheiro, mulher inglesa é fria, português é burro, gaúcho é efeminado, japonês tem pênis pequeno, nordestino/brasileiro é mais potente do que qualquer gringo grandalhão, marido é traído e esposa é infiel, brasileiro/mineiro é o mais esperto etc.

Além disso, para Pierrot e Amossy (2001), essas construções imaginárias são favorecidas pela imprensa, pois tornam as características do grupo estereotipado como algo inerente a ele, fazendo ainda com que seu comportamento reflita o que se espera que faça: suas ações e seus modos de ser são pré-determinados. As autoras afirmam também que, embora o estereótipo seja categorizante, esses artifícios são necessários para a cognição, mesmo quando conduzem a uma simplificação e a uma generalização às vezes exagerada. Necessitamos, na verdade, relacionar aquilo que vemos a modelos preexistentes para podermos compreender o mundo, realizar previsões e regular nossas condutas.

Ao abordar o que chama a "questão da apresentação dos valores" entre as estratégias do discurso político, Charaudeau (2006) realça as condições de simplicidade e de argumentação. Unidas, tais condições geram as fórmulas:

Quanto mais uma fórmula é concisa e, ao mesmo tempo carregada semanticamente - apresentando assim, de maneira global, uma ou mais ideias, essencializando-as e tornando-as fluidas - mais ela terá poder de atração. (p.99)

No caso da charge, os valores de referência, essencialmente com temas de crítica à política, constituem massa especial a ser moldada pelo jornalista-artista. Explicando: os efeitos das imagens reproduzidas na mídia pelos humoristas não se constroem pelo político, mas resultam de estratégias que lhe são atribuídas pelo público, por boatos e pela própria mídia. Em suma, o humor chágico constrói os *ethé* atribuídos pelos outros, construindo imagens estereotipadas, até deformadas. O uso de fórmulas nesse gênero realça o seu poder de persuasão, o seu efeito de evidência, como se busca constatar.

Em relação ao papel das mídias como agentes de circulação de fórmulas, Krieg-Planque (2010, p.119) a autora não as superestima como criadoras, mas como “plataformas de lançamento privilegiadas” das mesmas, porém sem exclusividade: as fórmulas chegam, em geral, pela periferia, impulsionadas por atores que não são jornalistas: “[...] políticos, pesquisadores, intelectuais, de gente de letras...” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.119).

Após a rápida exposição da perspectiva teórica, segue uma tentativa de análise.

## Análises



Para nos situarmos, a citação *¿Por qué no te callas?* (em português, *Por que não te calas?*) foi uma frase dita pelo rei Juan Carlos de Espanha ao presidente venezuelano Hugo Chávez durante a XVII Conferência Ibero-Americana, realizada na cidade de Santiago do Chile, no final de 2007.

O motivo da "exaltação" do rei espanhol foram as constantes interrupções do presidente Hugo Chávez na resposta do primeiro-ministro espanhol José Luis Rodríguez Zapatero em defesa do ex-primeiro-ministro José Maria Aznar, o qual Chávez criticou duramente, chamando de fascista.

Enquanto Chávez criticava José Maria Aznar, o rei espanhol se irritou dizendo a frase *¿Por qué no te callas?* a Chávez. O presidente da Venezuela respondeu, logo depois do fim da Cúpula, que o monarca não poderia ter tido tal comportamento: "Exijo respeito, porque eu também sou um chefe de Estado e eleito democraticamente, ressaltou Chávez. "Ele (o rei) é tão Chefe de Estado quanto eu, com a diferença de que

fui eleito três vezes.", disse durante um ato acadêmico em uma universidade particular chilena.

A mídia, rapidamente, destacou tal citação, inserindo-a nos mais diferentes gêneros textuais. Possenti (2008) analisou tal enunciado e chegou, entre outras, à conclusão de que talvez fosse um percurso não típico, já que, ao surgir, parecia fadado ao "sucesso", mas teve vida efêmera; e concluiu mais: as condições de produção provavelmente explicam sua duração ou tempo de circulação, pois na mesma rapidez com que a mídia divulga os fatos, se incumbe de substituí-los por outros mais novos e atraentes. Porém, o que notamos com esta charge, criada após dois anos do acontecimento, é que um enunciado, com histórico tão instigante, não desaparece, mas fica em estado latente para ressurgir, quando provocado, de forma incomum, rompendo outras fronteiras, adentrando em outros campos inesperados.

Ao abordar a noção de "citação e destacabilidade" relacionada à de fórmulas "fadadas ao destaque" da mídia, Maingueneau (2008, p.75) postula o caráter generalizante e iterativo (enunciativamente autônomo) como propriedade de destacabilidade. Mas há enunciados sem tais propriedades que adquirem o estatuto de fórmula. É o que acontece com esse enunciado e procuramos demonstrar o porquê.

A charge I, de Angelis, datada do ano de 2009, continua a atestar, em relação ao evento que a provocou, um embate de pontos de vista, testemunho de uma FD plurivalente e plurifocal, com amplo poder de atração, no sentido de Charadeau (2006).

Se formos ao contexto histórico da charge, maio de 2009, temos que Chávez, do Partido Socialista Unido, ameaçou tomar medidas severas contra os meios de comunicação do país, acusando os veículos privados de incitar ódio entre os venezuelanos e conspirar contra o governo ao apoiar rebeldes militares.

O discurso político, por meio da frase *¿Por qué no te callas?*, oscila entre um posicionamento "de direita" e "de esquerda", "de democracia" e "de oligarquia", "de monarquia parlamentarista" e "de socialismo", "de poder legislativo" e "de poder executivo". Enfim, desrespeita fronteiras e limites.

Uma hipótese interpretativo-pragmática é que, por trás da frase em questão, um ato de caráter injuntivo-impositivo - ato de fala indireto (interrogar para dar ordem) - pode-se fazer a leitura de provérbios, frutos do senso-comum, como: "Quem fala o que quer, ouve o que não quer.", ou "Em boca fechada não entra mosca." E, provavelmente, outros, evidenciando a força das práticas de linguagem na elaboração dos sentidos.

Uma outra possibilidade de análise, talvez mais razoável que a anterior, diz respeito às noções de "enunciação" e de "cena de enunciação". Adota-se aqui, para enunciação, a posição de que ela é um ato histórico e social.

Se, em algum sentido, há nela algo de irrepitível - não haverá outra exatamente igual, pois pelo menos algum traço das circunstâncias necessariamente se alterará - é também, em mais de um sentido, uma retomada de outras enunciações." (POSSENTI, 2009, p.18).

Tal concepção se opõe à de enunciação como um ato individual irrepitível. Conclui Possenti (2009, p.19) "[...] o árbitro definitivo da leitura é o texto, desde que concebido discursivamente, [...]" isto é, vulnerável às restrições históricas que afetam não só a ele, mas também a seu autor e a seu(s) leitor(es), enredados nas regras de circulação, nas teias às vezes mágicas da interpretação.

Associa-se à nossa análise também o que Maingueneau (2008, p.115) chama "cena da enunciação" de um texto. Tal cena associa duas cenas de fala, a "cena englobante", de um lado, que corresponde ao tipo de discurso, a seu "estatuto pragmático", isto é, a relação dos parceiros da enunciação com certo quadro espaciotemporal; por outro lado, existe a "cena genérica", definida por rituais sociolinguageiros característicos de gêneros de discurso particulares. O gênero de discurso implica um contexto específico: o papel de seus participantes, circunstâncias espaciotemporais, um suporte material, uma finalidade etc.

Em alguns casos, porém, não bastam duas cenas: é necessária a intervenção da "cenografia", instituída pelo próprio discurso. Por meio da sua própria enunciação, o discurso legitima a cenografia que ele impõe. Nela se associam, além de dois lugares, uma figura de enunciador e uma figura correlata de co-enunciadores, uma *cronografia* (um momento) e uma *topografia* (um lugar). Tal associação pretende dar origem ao discurso. A realização plena de uma cenografia acontece quando ela pode "dominar seu desenvolvimento, manter uma distância em relação ao co-enunciador" (MAINGUENEAU, 2008, p.118). Porém há casos em que as cenografias podem variar. Em um debate, por exemplo, os participantes podem perder as rédeas de sua própria enunciação, reagindo a situações imprevisíveis suscitadas pelos interlocutores, conforme ainda o autor. "Em situação de interação viva, o que passa ao primeiro plano é, na maioria das vezes, a ameaça da face e o "*ethos*" discursivo, este entendido na concepção

de Maingueneau (2008, p. 64): "[...] adesão dos sujeitos a determinado posicionamento."

O que provocou o destaque de tal citação e as reações de indignação de Chávez foi o uso de tal frase em uma cenografia de conversação que normalmente não a teria permitido. A posição de resposta de defesa assumida pelo Primeiro Ministro espanhol não foi respeitada por Chávez. A impropriedade conversacional se deveu ao "tom" usado e à variante linguística de um enunciado familiar-coloquial em uma situação que exige polidez na regra de conversação e no nível de linguagem, principalmente por ter sido proferido por um rei-enunciador ao co-enunciador Chavez. Muitas pessoas, com certeza, riram desse evento insólito, uma das características do próprio humor. Automaticamente o leitor, remetendo tal cenografia aos campos discursivos que envolvem os posicionamentos divergentes de seus atores, associam o "quadro pragmático" ao suculento e contraditório "conteúdo" ideológico.

Por serem figuras públicas (rei e presidente), com certeza forjadas também pela mídia, esgarçam-se os níveis impostos pelo locutor no discurso, a imagem prévia do locutor ligada a seu nome e à sua posição no campo do sujeito empírico. Na verdade, rompe-se uma estereotipagem no sentido de representação cultural pré-existente.

E os chargistas, criativamente, dão destaque ímpar à citação em outra cena insólita de enunciação, deslocando-se para o discurso humorístico: o aeroporto da Venezuela. As imagens de um aeroporto, na chegada de pessoas justamente à Venezuela, ostentam, em conjunto com a frase em forma de outdoor, várias representações de sentido com a realidade, ou com as "verdades correntes", mas o interessante é buscar as "pretensas formulações de verdades".

Em primeiro lugar, se não houvesse a memória do acontecimento acima relatado, qual seria a graça dessa charge? Um rei, num regime parlamentar democrático, manda calar um presidente que, eleito três vezes, deveria preservar a democracia. Porém, Chávez fez desse "voto" de confiança a oportunidade para exercer, na realidade, uma espécie de oligarquia, mandando inclusive censurar e calar a todos os que a ele se opõem ou ousam mandá-lo se calar. Não se pode deixar de observar também o efeito de sentido das cores de fundo do outdoor, amarela e vermelha, chamando a atenção para as cores da bandeira da Espanha. A situação, de alguma forma, se repete: embora o enunciado apresente a mesma roupagem, a interpretação é acrescida de informação nova, criativa, inesperada, econômica, enfim, cômica...

Em segundo lugar, por que um aeroporto? No dia vinte e sete de maio de 2009, o escritor direitista peruano Mario Vargas Llosa havia ficado retido, por noventa minutos, no aeroporto da Venezuela, onde havia ido para participar de um fórum internacional sobre a liberdade e propriedade privada, o Centro de Divulgação do Conhecimento Econômico para a Liberdade (CEDICE).

O motivo de tal retenção no aeroporto foi que Llosa declarara em Bogotá, de onde procedia, que “a Venezuela investe muito dinheiro no suborno a governos democráticos e em setores mais revolucionários.”, acarretando, segundo ele, forte desestabilização. Tal comentário gerou duras críticas ao escritor pelo ministro da Cultura venezuelano, Héctor Soto: “Este desbocado, que já veio várias vezes ao país, não tem sequer a inteligência suficiente para não agredir ícones do povo.” Advertiram-no de que, por ser estrangeiro, não tinha direito a fazer declarações políticas na Venezuela.

Tal interpretação só é possível ao leitor (e ao analista) conhecedor não só do evento relatado, mas também de outros eventos particulares que o uso dessa frase pode ter provocado em suas experiências-memórias e na experiência de toda uma coletividade, sem ter um início e uma autoria delimitáveis e/ou delimitados no tempo e no espaço, no simulacro de um *ego, hic et nunc* enunciativos.



Charge II - Folha de S.Paulo 25/10/2009 A2 opinião

Outro dado muito interessante é a Charge II, de Jean. Nossa escolha se deveu por sua relação com um evento que ela não expõe, mas ao qual alude: a traição de Judas. Tal evento-fórmula aciona o gatilho do humor de forma única, mas, na verdade, devido a outro evento recém ocorrido em relação à publicação da charge (25-10-2009).

Alguns dias antes, em entrevista à *Folha*, o presidente Lula havia dito que nenhum dos vencedores das eleições de 2010 poderia fazer um governo "fora da realidade política". E continuou: "Se Jesus Cristo viesse para cá e Judas tivesse a votação num partido qualquer, Jesus teria de chamar Judas para fazer coalizão."; acrescentamos: mesmo sabendo que seria traído de novo, não se pode fugir da realidade política: Judas foi, é e será sempre tido como traidor, o que impulsiona Jean a criar a charge em questão.

Como se sabe, do lado petista, a então ministra da Casa Civil Dilma Rousseff era uma das candidatas à presidência nas eleições do ano de 2010; ao mesmo tempo se definia a candidatura do governador paulista José Serra, do lado tucano.

O que significaria a frase implícita: "Judas é um traidor", nessa charge, se o leitor não conhecesse o evento recente? Provavelmente, não suscitaria nenhum riso. O que notamos novamente com esta charge é que certas fórmulas, nesse sentido amplo, não desaparecem, mas ficam em estado latente para ressurgir de forma incomum, rompendo fronteiras semântico-pragmáticas, quando provocadas por algum acontecimento interessante.

No uso de fórmulas, se intensifica a força de mobilidade das ideias, se concretiza a circularidade dialógica da proposta bakhtiniana. Pêcheux, nos anos 70, sob a perspectiva discursiva, associou a noção de estereótipo à de pré-construído: conhecimentos, valores e julgamentos sob os quais se assentam enunciados, mas que não se encontram explicitados na superfície textual. Mais do que um saber implícito, o pré-construído pode ser considerado como um domínio referencial que preexiste ao acontecimento discursivo e é por ele renovado e solidificado sempre que retomado.

Oscilando entre o que é conhecido e o que será dado a conhecer, a dinamicidade do uso de fórmulas mais uma vez é atestada. Em suma, chega-se à conclusão de que, se há nos discursos elementos de sentido relativamente estável, outros são de sentido instável e dependem da posição do leitor, em particular do analista-leitor de texto de humor.

Após a exploração de tão variados posicionamentos, concluimos com Maingueneau (2008, p. 20):

*Mutatis mutantis*, o analista do discurso que configura uma *formação discursiva plurifocal* é um pouco como um *dramaturgo*. Da mesma maneira que um dramaturgo constrói um espaço no qual as posições que se confrontam não estão unifocadas, o analista do discurso, a partir de hipóteses de trabalho argumentadas, associa diversos conjuntos discursivos em uma mesma configuração sem, no entanto, reduzir sua heteronímia.

## Referências

- BARTHES, M. *O prazer do texto*. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komezu e Dilson Ferreira da Cruz, São Paulo: Contexto, 2006a.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de L. F. Baeta Neves. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Título original: *L'Archéologie Du Savoir*, 1969).
- GEERTZ, C. O senso comum como um sistema cultural. In: \_\_\_\_\_. *O saber local*. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 111-141.
- KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de “fórmula” em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Lingua(gem), 39)
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PÊCHEUX M.; FUCHS. C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1975. p. 163-252.
- PIERROT A. H.; AMOSSY R. *Estereotipos y clichés*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.
- POSSENTI, S. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- \_\_\_\_\_. Um percurso: o caso “por qué no te callas?”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso - ALED*. Universidad Central de Venezuela, Venezuela, Vol. 8, n. 1, p. 109-117, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas* Campinas: Mercado de Letras. 1998.